

CARTA DE JOÃO PESSOA (Paraíba)

Nós, chefes de departamentos e coordenadores de cursos de comunicação do Nordeste, reunidos no II Encontro de Coordenadores e Chefes de Departamentos de Cursos de Comunicação Social das Regiões Norte e Nordeste, realizado de 24 a 26 de março de 1986, em João Pessoa, depois de amplos e democráticos debates, tomamos as seguintes deliberações:

1986 — Ano da Constituinte

Apesar de todas as limitações impostas à Constituinte, julgamos que os comunicadores têm significativo papel tanto na fase que antecede, quanto no período de sua realização. É obrigação de todo comunicador lutar pela ampla e livre

divulgação de todas as questões importantes; de todos os debates realizados; de todas as interpretações e posições divergentes a cerca dos temas em pauta para que, num primeiro momento, os eleitores possam livre e democraticamente escolher seus representantes, apesar das limitações impostas a isto, voltamos a afirmar. Toda e qualquer tentativa de impedir ou dificultar a liberdade de informação e o direito do cidadão ser vigorosamente denunciada. Num segundo momento, quando a Constituinte já estiver instalada, é dever de todo comunicador assegurar o máximo de informações sobre os trabalhos, as questões, as posições em debate, para que todos possamos fiscalizar e pressionar os constituintes eleitos, na defesa dos interesses da maioria da população brasileira.

Além desta intransigente luta pelo direito à informação, é indispensável que os professores, alunos e profissionais de comunicação debatam, incentivem a discussão em toda a sociedade e simultaneamente lutem pela democratização da sociedade e particularmente da comunicação social. É impossível pensar numa verdadeira democracia no Brasil, se a grande maioria de nossa população continua marginalizada econômica, social, política e culturalmente; se estes setores majoritários não têm livre acesso aos meios de comunicação; se o direito à informação é cotidianamente pisoteado pelos interesses econômicos e políticos de minorias exploradas; enfim, sintetizando, é impossível falar em democracia no Brasil sem que ocorra uma democratização radical da comunicação social no país, tanto no sistema público, quanto no de exploração privada. Em conseqüência, não podemos nos omitir de incentivar e desenvolver, por todos os meios ao nosso alcance, este debate e dele extrair propostas sobre a democratização da comunicação social a serem enviadas à Constituinte e incorporadas à nova constituição brasileira, pela luta e pressão dos setores democráticos e progressistas da nossa sociedade.

1986 — Ano da Reconstrução da Universidade

Antes de tudo, afirmamos que os pressupostos de qualquer tentativa minimamente honesta de reconstrução da universidade brasileira são:

1 — a destinação imediata de verbas orçamentárias satisfatórias para o pleno funcionamento das universidades públicas, com, no mínimo, um aumento de verbas proporcional aquele propiciado pela Emenda João Calmon para o Ministério da Educação;

2 — melhoria imediata das condições de trabalho, inclusive de salários, de todos os professores e funcionários das instituições de ensino superior.

Acreditamos que sem a solução urgente destes dois pontos não se possa falar sinceramente de reconstrução da universidade. Além disto, uma verdadeira reforma da universidade só poderá ser realizada com base num amplo e democrático debate, envolvendo não somente a comunidade universitária (professores, funcionários e alunos), mas também os setores da sociedade interessantes e ligados aos problemas do ensino superior.

Consideramos ainda que esta verdadeira reconstrução da universidade deve ter como princípios:

1 — autonomia financeira, administrativa e pedagógica das universidades, sendo que esta autonomia tem necessariamente como contrapartida uma exigência de total responsabilidade social por parte das universidades;

2 — democratização de toda estrutura de poder das instituições de ensino superior, com base em eleições diretas em todos os níveis com participação da comunidade universitária e presença de representantes desta comunidade em todos os órgãos gestores destas instituições;

3 — democratização, em especial, das gráficas/editoras, rádios e televisões universitárias, com participação da comunidade na escolha e na gestão destes órgãos e acesso garantido, através de legislação específica, para a comunidade e particularmente para os cursos de comunicação.

1986 Melhorar o Ensino da Comunicação Social

A melhoria dos cursos de comunicação social deve ser objetivo permanente de todos os que lutam verdadeiramente pela democratização da sociedade e da comunicação social. Neste sentido, é necessário e urgente repensar os cursos, buscando uma melhor e mais integral formação dos estudantes. Para isto é indispensável uma sólida e articulada formação teórico/cultural e prático/profissionalizante, como também um domínio rigoroso das diversas linguagens da comunicação social e uma boa dose de abertura e incentivo à experimentação.

Para que tal objetivo atingido, são indispensáveis:

1 — autonomia pedagógica para que os vários colegiados/Departamentos de Comunicação possam elaborar seus currículos de curso;

2 — reciclagem e qualificação do corpo docente, através do incentivo à realização e surgimento de cursos de pós-graduação com esta finalidade e da facilitação para que os professores desta área possam participar destes cursos.

3 — instalação e manutenção, no mínimo, dos equipamentos/laboratórios exigidos pela Resolução do CFE nº 002/84. No caso das escolas públicas — e somente neste caso — é obrigação do Ministério de Educação equipar plenamente os cursos.

4 — ampliação do intercâmbio entre os Departamentos, Coordenação e Cursos de Comunicação, visando a troca de experiências didáticas, acadêmicas e científicas e o desenvolvimento de trabalhos inter-universitários. Já no II Encontro diversas iniciativas foram tomadas com esta finalidade, inclusive formação de um Comitê de Articulação e Intercâmbio dos Departamentos e Cursos de Comunicação Social do Nordeste.

1986 — Não à modificação da regulamentação profissional

Diante das pressões pela modificação da regulamentação profissional — na agência de diplomas — o II Encontro se posicionou contra qualquer mudança neste momento. Entendeu o Encontro que uma alteração de tal repercussão social não pode ser realizada precipitadamente e sem uma ampla e democrática consulta e discussão com todos os setores envolvidos na questão. Deste modo, propomos que a temática seja profunda e largamente discutida não só entre professores e alunos, mas junto aos colegas profissionais e aos patrões. Além disso recomendamos:

1 — que o debate não se reduza a maniqueísta e paralisante opção entre ser contra ou a favor da manutenção da exigência do diploma;

2 — que os pressupostos das argumentações sejam rigorosamente explicitados e analisados;

Por exemplo, durante o Encontro dois dos pressupostos da posição favorável à extinção da exigência do diploma foram criticados. De um lado, ficou claro que é impossível imputar a não melhoria ou mesmo a perda de qualidade da imprensa brasileira atual à desqualificação do comunicador individual (formado pelas escolas). Como esquecer a ditadura militar e todos os seus atos hostis à comunicação social que, sem dúvida, deixaram sequelas na sociedade; como não levar em conta a significativa transformação econômica da comunicação social, com a acentuadís-

sima concentração dos meios e conseqüente homogeneização maior de interpretações e opiniões vinculadas por eles; como deixar de lado as modificações ocorridas no trabalho profissional do comunicador no sentido de fazê-lo depender menos do trabalho individual, tornando-o cada vez mais um trabalho coletivo, de equipes, que exige sempre mais uma tecnologia e condições de trabalho adequadas; como silenciar sobre a deteriorização de todo o ensino e em particular do universitário, imposta pela política educacional da ditadura; enfim, com uma análise rigorosa menospreza estes e outros elementos determinantes para explicar cientificamente a situação contemporânea da comunicação social brasileira ?

De outro lado, apesar de ser consenso que o bom trabalho de comunicação social exige qualificação, discutiu-se como as empresas de setor em sua totalidade têm se comportado a este respeito. Como estão as condições de trabalho e de salário — bases elementares para um bom trabalho profissional — nestas empresas ? Elas têm incentivado o aperfeiçoamento continuado e/ou especialização de seus profissionais através de pequenos cursos, seminários, pós-graduação etc., realizados dentro ou fora da empresa, como acontece em outros ramos empresariais ? Os profissionais qualificados acreditam estar utilizando plenamente e de forma satisfatória suas capacidades ou julgar estar sendo sub-utilizados ? Como tem se comportado o patronato com relação ao ensino de comunicação social, além da denúncia da má qualidade deste: ele tem solicitado diretamente ao governo, às universidades, às escolas a melhoria da qualidade de ensino; ele tem buscado auxiliar as escolas nas suas lutas por mais verbas (escolas públicas) e por melhores condições de trabalho e salário para funcionários e professores (todas as escolas); ele tem procurado trabalhar conjuntamente com estas escolas, através de convênios etc., visando a melhoria do ensino ? todas estas e outras perguntas precisam ser respondidas para que se possa cientificamente comprovar este segundo pressuposto.

3 — que se analise detalhadamente quais os efeitos desta medida — abolição da exigência do diploma — sobre o movimento sindical dos trabalhadores de comunicação;

4 — que se reflita sobre as repercussões e a quem pode interessar o possível deslocamento do local de formação/especialização profissional da escola para as empresas;

5 — que se aprofunde o diagnóstico e o debate sobre a situação atual do ensino de comunicação social no Brasil, principalmente buscando soluções e saídas para a sua melhoria, formas de seu fortalecimento no âmbito das Instituições de Ensino Superior — inclusive nas decisões a respeito da distribuição de verbas — e modos de envolvimento dos setores ditos interessados (profissionais, patronato) nesta luta pela melhor qualidade de ensino de comunicação no país.

Estamos convictos que todos os compromissos, as lutas, as reivindicações e as recomendações expostas nesta Carta não são mais que desdobramentos do objetivo que deve nortear todos os comunicadores: a intransigente exigência de uma comunicação — e de um ensino de comunicação — competentes e democráticos numa sociedade onde a democracia não seja formal, mas algo real e presente nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.